

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITO ELEITORAL								
DOCENTE	SILVANA BATINI								
CÓDIGO	GRDDIRELE024	SEMESTRE	2022.1	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Direito Eleitoral. Normas Constitucionais. Sistemas Eleitorais. Partidos Políticos. Elegibilidades e Inelegibilidades. Financiamento de Campanhas. Propaganda Eleitoral. Abuso de Poder Econômico e Político. Outras Infrações Eleitorais. Direito Penal e Processual Penal Eleitoral								
OBJETIVOS	Ao final do curso o aluno deverá dominar conceitos básicos atinentes ao direito eleitoral e conhecer categorias jurídicas atinentes ao tema, além e ter domínio básico sobre os institutos desse ramo do Direito.								
METODOLOGIA	Aulas a partir de casos específicos, com debates e pesquisas, seguidas de sínteses expositivas.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Apresentação do curso: Objetivos, proposta, delimitação conteúdo. Calendário de provas. Avaliação: provas, trabalhos, atividades complementares, visitas de professores. 2ª chamada. Bibliografia de leitura obrigatória.								
2	Organização e Administração eleitoral: Circunscrição eleitoral. Justiça Eleitoral Brasileira: Criação e evolução. Órgãos da Justiça Eleitoral. Composição e atribuições.								
3	Ministério Público Eleitoral: organização e atribuições. Organização do eleitorado								
4	Pressupostos Constitucionais do Direito Eleitoral: Cidadania e Soberania Popular. Sistemas Políticos: democracia representativa e democracia participativa. Mecanismos de participação direta: plebiscito, referendo e iniciativa popular								
5	Sistemas eleitorais: espécies e cabimento. Sistema majoritário: maioria simples e absoluta; eleição em dois turnos. Sistema proporcional: quociente eleitoral; Quociente partidário, distorções. Sistema misto: voto distrital. Direito comparado								
6	Direito partidário: A Lei nº 9096/95. Partidos Políticos: natureza, histórico e função no regime democrático. Organização e funcionamento. Criação e registro (procedimento para registro e anotação perante o TSE, apoio mínimo); autonomia partidária; estatuto partidário.								
7	Filiação partidária. Funcionamento parlamentar e cláusula de barreira. Fidelidade e disciplina partidária. Fusão, incorporação e extinção de partidos políticos. Federação Partidária.								
8	Habilitação à Candidatura: Condições de Elegibilidade. Causas de Inelegibilidade constitucionais e infraconstitucionais. Desincompatibilização								
9	A Lei da Ficha Limpa – LC 64/90 com as alterações da LC 135/2000								

10	Registro de Candidatura: As convenções partidárias. Condições de registrabilidade. Lugar e data de registro. Número de candidatos. Procedimento de Registro. Substituição de candidatos Cotas de Gênero.
11	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura
12	Arrecadação e Gastos de Campanha: Sistema de financiamento brasileiro. Arrecadação: recursos admitidos, vedações, meios de arrecadação. O regime das doações e da comercialização de bens e realização de eventos. Recursos não identificados.
13	Gastos Eleitorais: limite global, tipos de gastos permitidos, requisitos legais, prestação de contas. Sobras de Campanha. Ilícitos na arrecadação e gastos de campanha (art. 30-A).
14	Propaganda Eleitoral: Tipos de Propaganda Política: institucional, partidária, intrapartidária e eleitoral. Modalidades de Propaganda Eleitoral: permissões e vedações.
15	Propaganda Eleitoral e condutas vedadas na internet
16	Representação Eleitoral (art. 96, Lei 9504/97); sanções. Aspectos processuais da representação por propaganda irregular
17	Das infrações eleitorais e suas consequências II: Abusos de Poder Econômico e Político no Direito Eleitoral Brasileiro: conceito, hipóteses configuradoras e legitimação Das infrações eleitorais e suas consequências
18	Condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais (art. 73): espécies e sanções. Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) Estudo de casos
19	Captação Ilícita de Sufrágio (art. 41-A): conceito, extensão e interpretação pela Justiça Eleitoral
20	Das ações eleitorais: AIJE. AIME e RCED
21	Ações eleitorais - continuação
22	Direito e Processo penal eleitoral: Conceito e natureza jurídica dos crimes eleitorais. Disposições preliminares. Tipos penais previstos no Código Eleitoral. Das infrações previstas na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97). Do processamento das infrações eleitorais. Da competência originária dos Tribunais. Das aplicações dos institutos da Lei nº 9.099/95 aos crimes eleitorais. Direito Penal - continuação
23	Continuação do tópico anterior
TRILHA	<input checked="" type="checkbox"/> Advocacia Empresarial
	<input checked="" type="checkbox"/> Carreiras Públicas
	Regulação
	<input checked="" type="checkbox"/> Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Trabalho e prova escrita presencial.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ZILIO, Rodrigo López. DIREITO ELEITORAL, Porto Alegre: Verbo Jurídico. 2020 GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral, São Paulo: Atlas. 2020 GONÇALVES, Luiz Carlos. Ações Eleitorais - Aspectos Materiais e Processuais. Publique Edições. São Paulo, 2021
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	VELLOSO, Carlos Mario da Silva e AGRA, Walber de Moura. Elementos de Direito Eleitoral, 2017, São Paulo: Saraiva. BASTOS, Luiz Magno e CUNHA, Amanda Guimarães. Direito Eleitoral Sancionador – O dever de Imparcialidade da Autoridade Judicial. Tirant Lo Blanch. 2021. SCHLICKMANN, Denise Goulart e outros (orgs.). Questões Eleitorais Contemporâneas, Editora d'Plácido. 2021 REZENDE, Edson. Curso de Direito Eleitoral. Del Rey, 2020 Pontos controvertidos da Lei da Ficha Limpa - obra coletiva org. ANPR, acessível em http://anpr.org.br/assets/uploads/files/publicacoes/Livro_FichaLimpa.pdf FALCÃO, Joaquim (org.). Reforma Eleitoral no Brasil - Legislação, Democracia e Internet em Debate, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro